

**SOBRE POTENCIALIDADES DA INCLUSÃO:  
A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE APOIO FRENTE AO *BULLYING***

Joana Rita de Moares Lima<sup>1</sup>

Lisle Cristina de Oliveira Carvalho<sup>2</sup>

Vinícius Sanches Tizzo<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este texto versa sobre uma pesquisa que teve por objetivo a elaboração de uma compreensão sobre a perspectiva mediadora e inclusiva da atuação do profissional de apoio frente ao *bullying* no cenário escolar. Para isso nos guiamos pela seguinte questão norteadora de pesquisa: como ocorre a atuação mediadora do profissional de apoio diante dos enfrentamentos relacionados ao *bullying* na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Metodologicamente, nos valem da pesquisa qualitativa, especificamente lançando mão de um processo de revisão bibliográfica a partir de uma busca na base de dados *Scientific Electronic Library Onlie* – SciELO e estudo das legislações relacionadas à temática, dentre elas: a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei 13.147/15 e a Declaração de Salamanca. A principal contribuição desse trabalho relaciona-se com as propostas interessadas em problematizar o processo de formação de professores, neste caso específico, trazendo reflexões sobre o profissional de apoio e o seu potente papel no espaço escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão; *Bullyng*; Profissional de Apoio.

**ABSTRACT:** This text is about a research that aimed to develop an understanding of the mediating and inclusive perspective of the support professional's performance in the face of bullying in the school scenario. For this, we are guided by the following research guiding question: how does the support professional mediate in the face of confrontations related to bullying in early childhood education and in the early years of elementary school? Methodologically, we make use of qualitative research, specifically using a bibliographic review process based on a search in the Scientific Electronic Electronic Library Onlie - SciELO database and study of legislation related to the theme, among them: the Brazilian Law of Inclusion (LBI) ), Law 13.147/15 and the Salamanca Declaration. The main contribution of this work is related to the proposals interested in problematizing the teacher training process, in this specific case, bringing reflections on the support professional and his powerful role in the school space.

**KEYWORDS:** Inclusion; *Bullyng*; Support Professional.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Ituiutaba – MG). E-mail: joanaritamoraeslima@gmail.com.

<sup>2</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Ituiutaba – MG). E-mail: lislecarvalho@outlook.com.

<sup>3</sup> Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro – SP). Professor de Educação Superior da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Ituiutaba – MG). E-mail: vinicius.tizzo@uemg.br.

### Notas introdutórias

Ao longo de nossa formação<sup>4</sup> passamos a compreender que o processo de constituição do profissional pedagogo tem como uma de suas instâncias a perspectiva de que a pedagogia intenciona estudar os elementos e características que compõem a educação e, neste sentido, buscar potencializar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, especialmente aqueles desenvolvidos em sala de aula da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O professor da educação infantil tem como uma de suas atribuições ser mediador de conhecimento, a partir da vivência no seu meio social, das intervenções didáticas, situações de aprendizagem por meio do brincar. Trabalhando o conhecimento por meio de maneiras lúdicas e de acordo com o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo do seu público. O professor do Ensino Fundamental é denominado polivalente, de modo que ensina, de forma geral, diferentes áreas do saber (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, etc.), sendo esta, por vezes, uma tarefa desafiadora. Vale sinalizar que um papel fundamental que compete a este profissional é a formação contínua do aluno, enfatizando a alfabetização, ou seja, o ensino da literatura e gramática, bem como o contar, envolvendo principalmente as áreas de Língua Portuguesa e Matemática (LIMA, 2012, p. 150-151).

No decorrer da graduação, no interior do curso de licenciatura em Pedagogia, e especialmente por meio dos estágios obrigatórios que foram realizados, algumas temáticas chamaram nossa atenção, despertando interesse em um detalhamento de suas especificações e desdobramentos, a saber: a Educação Especializada voltada para a educação inclusiva na Educação Infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como a importância do papel do profissional de apoio em sala de aula e sua possível função mediadora diante do *bullying*.

Com tal interesse por essas temáticas, decidimos aprofundar os estudos relacionados a esses assuntos, buscando, inicialmente, subsídios para responder às questões que sempre estiveram presentes em nosso imaginário: o que é educação especializada? Qual a importância da inclusão em sala de aula? Quais os direitos que os alunos com deficiência possuem? Qual a função de um profissional de apoio em sala de aula? Qual a importância do profissional de apoio para o desenvolvimento do aluno? Como se abordar o assunto

---

<sup>4</sup> Este texto versa sobre aspectos relacionados a uma pesquisa desenvolvida ao longo do plano de atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) operado pela primeira e segunda autoras e orientado pelo terceiro autor deste artigo, no contexto do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Ituiutaba.

*bullying* em sala de aula? Enfim, assuntos e questionamentos relacionados à temática “inclusão” que, de certo modo, nos colocaram em ação, em busca de um esclarecimento mais amplo sobre tal tema. Nesse sentido, nos lançamos a um estudo mais aprofundado desse assunto contemporâneo às nossas vivências e experiências enquanto professores (em formação).

Em busca de uma plausibilidade para o desenvolvimento de nossa pesquisa, definimos como Objetivo Geral do trabalho: *A elaboração de uma compreensão sobre a perspectiva mediadora e inclusiva da atuação do profissional de apoio frente ao bullying no cenário escolar*. Especificamente, tivemos a intenção de: 1- *Investigar a bibliografia relacionada à temática de estudo*; 2- *Compreender as possibilidades de atuação do profissional de apoio na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*; 3- *Estudar o processo de inclusão escolar*; e 4- *Sinalizar potencialidades da atuação mediadora do profissional de apoio diante do bullying na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. Buscando caracterizar os profissionais de apoio que trabalham na área da Educação Inclusiva, analisando as ações desses profissionais na sala de aula, avaliando a necessidade de formação em serviço na área, e discutindo seu papel como agente de inclusão. Para isso, nos guiamos pela seguinte questão norteadora de pesquisa: *como ocorre a atuação mediadora do profissional de apoio diante dos enfrentamentos relacionados ao bullying na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?*

Com isso, almejamos problematizar nossas hipóteses analisando, por exemplo, a importância da presença de um profissional de apoio dentro de sala de aula, para auxiliar o professor regente e observar, de modo próximo, o desenvolvimento e as atitudes dos alunos. Podendo, deste modo, se aproximar de demandas conflituosas que possam ocorrer nos âmbitos escolar e familiar e, assim, operar junto à promoção da inter-relação entre escola, professor e família, potencializando o desenvolvimento do processo educacional.

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação, determina em seu Art. 4º, Incisos I e III:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; [...] III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Aos docentes cabe fazer a diferença, aprender a lidar com estas situações para conseguir acompanhar o desenvolvimento dos alunos e certificar-se de que eles estejam evoluindo em todos os seus aspectos, dentro de suas limitações. As estratégias utilizadas pelos docentes na sala de aula e na escola podem possibilitar o desenvolvimento do processo de inclusão escolar das crianças com deficiência. A inclusão escolar deve respeitar as diferenças dos alunos. As pessoas envolvidas precisam ser estimuladas para que o preconceito se dissolva, ou, então, a inclusão não acontecerá.

O nosso estudo se justifica, pois o espaço escolar naturalmente já se faz um ambiente de conflitos, de ideias e opiniões, por isso, a pesquisa problematizada neste texto visou a construção de uma cultura de paz, que exige todo um processo de atividades, ações para promover novas relações mais humanizadas. Pois, quando formados é na escola que vamos atuar, e como pudemos analisar ao longo dos estágios obrigatórios que fizemos durante a graduação, a discussão sobre essas temáticas sempre são reavivadas no dia a dia do cenário escolar.

### **Entre fundamentos, teorias e métodos**

O estudo aqui apresentado intencionou se desdobrar tendo como referencial teórico e metodológico pesquisas que lançam mão do método qualitativo, isto é, que se ocupam da interpretação de dados descritivos e que operam de modo a obter informações para compreender, por exemplo, as atitudes, motivações e comportamentos de determinado grupo social a que pertencem. Deste modo, elaborar compreensões sobre os significados de uma determinada problemática, tendo por referências o ponto de vista do grupo em questão.

Em nosso estudo tomamos como referência a Pesquisa Documental que tem como base para análise os documentos, artigos, livros, jornais, revistas, sites entre outros. Nesse sentido, inicialmente precisamos definir o que vamos trabalhar e delimitar o cenário de investigação. De acordo com Godoy (1995), a abordagem qualitativa pode permitir uma compreensão ampliada do fenômeno em investigação e, deste modo, considera-se que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. Entretanto, tal enfoque não pode ser concebido como uma análise concomitante de todos os aspectos, mas ser de acordo com um roteiro previamente organizado, um planejamento da pesquisa.

Dessa forma, metodologicamente acompanhamos as problematizações de Bogdan e Biklen (1994), bem como de Gatti e André (2011) e nos mantivemos atentos às indicações

de Godoy (1995) que propõe a divisão da pesquisa qualitativa – e especificamente a pesquisa documental – em três etapas básicas, a saber: 1. A fase exploratória; 2. O trabalho de campo; 3. A análise e tratamento do material empírico e documental. É com base nessa orientação que desenvolvemos as etapas de nossa pesquisa.

Com atenção a tais indicações e com o propósito de problematizar nossos objetivos de pesquisa, em nosso estudo lançamos mão da busca por publicações nacionais que se apresentaram em língua portuguesa e que tinham o conteúdo voltado para a educação especializada, a inclusão, ao profissional de apoio e ao *bullying*. Para isso, utilizamos como disparadora de perspectivas a busca por documentos na base de dados Scientific Electronic Library Online – SciELO, no período que abarcou 06 de julho de 2015 – data de publicação da LBI – a 20 de novembro de 2020 – data de finalização de nossa busca e início do processo de análise dos documentos encontrados.

Vale sinalizar que os trabalhos desenvolvidos por Montoan (2003, 2005), entraram em cena como uma suporte teórico ao longo de diversos momentos em que fomos acometidos por incertezas durante o desenvolvimento de nossa pesquisa. Além disso, também nos referenciamos pelas diretrizes do Ministério da Educação, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outras.

Devido ao momento que vivemos ao longo de todo o ano de 2020 e início de 2021, por conta da pandemia do COVID-19, tivemos que ter todas as precauções necessárias, não podendo ter contato físico, tivemos que nos adaptar a uma nova forma de trabalhar para realização desta pesquisa. Utilizando as tecnologias ao nosso favor, como as plataformas *Microsoft Teams* e *Skype*. Devido a pandemia tivemos algumas limitações para a realização deste estudo, por isso, recorremos à potencialidade da pesquisa bibliográfica para a execução e também empenhamos no texto algumas experiências pessoais, que nos fizeram pensar sobre o processo que envolve a atuação do profissional de apoio.

Para o estudo, e especialmente para a busca, utilizamos diferentes combinações entre os termos e expressões: *bullying*, profissional de apoio e inclusão; que resultou em quinze estudos, os quais passaram por novas etapas de seleção. Nesse processo, seis artigos foram excluídos por não serem redigidos em língua portuguesa. Além disso, em uma segunda etapa de seleção, durante a leitura dos resumos e de alguns trechos dos demais textos, outros três artigos foram excluídos, pois não foram identificados aspectos potenciais de

problematização para o nosso estudo. Diante do exposto, em nossa pesquisa operamos com seis produções<sup>5</sup>.

### **Sobre a atuação do profissional de apoio na Educação Inclusiva**

Vale refletir as orientações presentes na legislação que sugere alguns dos parâmetros da atuação do profissional de apoio na educação inclusiva: Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13.146/2015, Artigo 3º. A seguir, são relacionados alguns componentes importantes desta lei: esse profissional tem ligação direta com o trabalho escolar; e de acordo com a lei, ficou definido que essa pessoa deve apoiar os alunos nos momentos de higiene, alimentação, locomoção e principalmente nas dificuldades de aprendizagem, dentro ou fora de sala, mas tendo como o principal papel, a ajuda no interior da sala de aula. O profissional de apoio deve atuar em todas as tarefas escolares que forem necessárias e em todas as modalidades e níveis de ensino, tanto na escola pública quanto na particular. A contratação deste profissional é dever da instituição de ensino. A LBI (2015, cp. IV), não autoriza cobrar da família qualquer mensalidade referente à educação inclusiva, ou ao atendimento educacional especializado, inclusive para a disponibilização de profissionais de apoio.

No Art. 3º da Lei nº 13.146/2015, não há exigências técnicas referentes à formação do profissional de apoio. Apesar disso, a pessoa que vai exercer esse cargo precisa, de certa maneira, ter a sensibilidade mais aprimorada, tendo paciência para respeitar o tempo de cada criança atendida e aproveitando cada oportunidade para estimulá-las a se desenvolver, porque é importante apresentar empatia e certa capacidade de cativar.

Para que a educação inclusiva aconteça, não podemos esquecer do profissional de apoio escolar, pois ele é parte importante do processo de aprendizagem e desenvolvimento da pessoa com deficiência. O profissional de apoio pode, por exemplo, como se pretende defender nesse estudo, atuar como um agente de mediação, intervindo na Zona de

---

<sup>5</sup> A saber: Silva, *et al* (2018), que consiste em uma revisão de literatura com metanálise e objetivou verificar se intervenções em habilidades sociais reduzem a vitimização e/ou agressão por bullying; Horta, *et al* (2018), que teve por objetivo, por meio de revisão sistemática da literatura, identificar em que medida o envolvimento em situações de *bullying* e o uso de substâncias psicoativas na adolescência se associam, além de verificar se há diferenças em relação ao papel social do *bullying*; Silva, *et al* (2016), teve a intenção de apresentar uma discussão em que mostrar a importância de se combater o *bullying* desde a infância, pois a criança que sofre *bullying* na infância e na adolescência tem mais possibilidades de se tornar um adulto infrator; Valle, *et al* (2015), que discute como a prática do *bullying* desde a infância pode acarretar em depressão infantil; Borsa, *et al* (2015), que visa apresentar o conceito do *bullying* e mostrar a importância de considerar as variáveis do contexto familiar para sua compreensão; Nesello, *et al* (2014), que tem como objetivo dimensionar e identificar fatores associados à violência escolar no Brasil descrito na literatura.

Desenvolvimento Proximal (ZDP), conceito postulado por Vygotsky (1998), o profissional de apoio pode ajudar tanto na adaptação do material pedagógico proposto pela escola, quanto na mediação social entre a criança com deficiência e o ambiente em que ela se encontra.

Lev Vygotsky (1896-1934) menciona que o convívio em sala de aula de crianças mais adiantadas – ou com sujeitos mais desenvolvidos – com aquelas que ainda precisam de apoio para dar os primeiros passos é de fundamental importância. O autor relata a existência de dois níveis de desenvolvimento infantil: o primeiro é chamado de real e engloba as funções mentais que já estão completamente desenvolvidas na criança, as habilidades já adquiridas em sua vivência; já o segundo nível, o autor chama de proximal, que por outro lado, refere-se ao que se pode aprender com alguma ajuda, intervenção.

Vygotsky (1984, p. 101) nos diz da importância da relação do adulto com a criança, pois ela vai reunindo experiências e isso auxiliará a criança a se tornar mais consciente nas atividades práticas de seu ambiente. Para o autor, é significativa a concepção de que o sujeito menos experiente necessariamente aprende, seja na interação com um adulto, seja na interação com um colega ou professor.

É importante considerar que a função do profissional de apoio é relativamente nova e ainda necessita de ampliação da regulamentação para que possa ser definido, por exemplo: qual é a formação deste profissional? Quais são suas reais responsabilidades com o aluno com deficiência? Como esse profissional pode ampliar a acessibilidade do estudante com deficiência?

Tal papel tem sido realizado por diversos perfis: auxiliares de sala, pessoas com Ensino Médio completo e em muitos casos por familiares. Os profissionais de apoio, na maioria das vezes, não possuem nenhum curso em Educação Inclusiva ou qualquer outro tipo de qualificação. A regulamentação é necessária até para que este profissional conte com uma formação adequada para atuar junto aos estudantes e, deste modo, tenha clareza sobre seu papel durante os seus afazeres profissionais. Isso, claro, não exime a responsabilidade do núcleo dirigente e pedagógico da escola, de que ao receber o profissional de apoio, informe as reais condições de desenvolvimento do aluno, isso nem sempre acontece.

O profissional de apoio também pode atuar com a mediação nas atividades escolares, precisa ser orientado quanto a suas ações para realizar a mediação de acordo com o planejamento do professor ou professora da sala. O mediador precisa querer ensinar o conteúdo com tal decisão e amor que fará tudo o que estiver ao seu alcance para explicar da melhor forma possível, usando tecnologias e linguagens disponíveis na escola para que isso

aconteça. A intenção do professor é a soma do objetivo com todas as ações possíveis para que o ensino seja de qualidade. Para que aconteça uma aprendizagem de qualidade, o professor ensina e o aluno precisa desejar aprender. Nesse contexto, o mediador pode atuar por meio da utilização de estratégias adequadas para encantar o aluno desde o início, para conquistar sua vontade de aprender, a mediação é uma troca.

Vale destacar que o professor é sempre o responsável pelo planejamento e avaliação, pelas atividades e pelas intervenções que o estudante necessita. Esta função não deve ser delegada ao profissional de apoio. Este profissional – como almejamos defender – pode cumprir a função de auxiliar na continuidade das mediações durante as atividades e compartilhar com os professores suas observações, para colaborar na discussão dos casos, para ampliar a acessibilidade destes estudantes ao conteúdo e sua participação nas atividades escolares.

Outro papel importante que pode ser desenvolvido por este profissional, é alternar a mediação mais intensiva e direta com o estudante, com períodos de distanciamento, permitindo que o estudante desenvolva suas próprias relações com seus colegas, busque alternativas para resolver seus problemas e se inclua de forma mais efetiva.

Mantoan (2006, p. 48), destaca que o professor regente tem a função de acreditar na capacidade de todos os seus alunos e adotar métodos para que todos consigam aprender, independente de suas diferenças e individualidades, é primordial que o professor eleve a expectativa em relação ao crescimento de seus alunos e que não desista de procurar meios para ajudá-los a vencer as dificuldades escolares.

De algum modo, a parceria entre professor regente e profissional de apoio parece ganhar potência se for considerada essa relação como um trabalho colaborativo. Entretanto, sobre isso, Karagiannis e Steinbeck (1999, p. 25) declaram que “[...] os professores têm a oportunidade de desenvolver habilidades profissionais em atmosfera de coleguismo de colaborações e de apoio”.

Nesse sentido, Bueno (1999) e Capellini (2007), apontam a necessidade de capacitação de dois tipos de profissionais: professores do ensino comum com formação básica para lidar com a diversidade e professores especializados, os quais trabalhariam como equipe de atendimento e apoio.

### **Nuances do *bullying* nas escolas**

O *bullying* é considerado um problema de saúde pública que tem potencial para afetar o relacionamento social, o desempenho escolar e a saúde de crianças e adolescentes. A diferença entre o *bullying* e outros tipos de violências é a inclinação que o primeiro tem de causar traumas muitas vezes irreparáveis ao psicológico das vítimas, comprometendo sua saúde física e mental e seu desenvolvimento educacional. Ao contrário de outras ações violentas, ocasionais e reativas, o *bullying* causa dor, exclusão e humilhação, com o objetivo de intimidar, agredir, acoessar e implicar com a vítima. Basta não corresponder às expectativas de um grupo de pessoas para ser vítima de discriminação social e decorrer daí o *bullying*.

A palavra *bully* é um termo de nacionalidade inglesa, que tem o significado, “usar o domínio físico para amedrontar alguém” (MARQUES; DRAPER, 1996, p. 41). *Bullying* pertence a um acontecimento que se caracteriza por ações de violência física ou verbal, que ocorrem de forma contínua e intencional contra uma ou mais vítimas. Os estudos sobre este fenômeno foram iniciados na Suécia na década de 1970. No Brasil, o *bullying* teve destaque na década de 1990, que passou a ser debatido, mas foi a partir de 2005 que o tema passou a ser mais amplamente discutido e se consolidar com a finalidade de investigação (LOPES, 2005).

O fenômeno *bullying* vem chamando atenção nas últimas décadas, um dos ambientes que vem se destacando é o ambiente escolar, onde as crianças e adolescente passam uma boa parte do seu convívio diário, tendo contato com uma grande quantidade de crianças e adolescentes com personalidades, comportamentos, criações, gostos e aparências diferentes.

Os professores devem observar com atenção as brincadeiras e comportamentos dos alunos e intervir quando for necessário, quando as brincadeiras deixarem de ser “saudáveis”. Pois, os danos causados pelo *bullying* podem ser intensos, causando marcas graves como depressão, distúrbios comportamentais e até suicídio. Principalmente no ambiente escolar, deve-se ter um cuidado a mais, pois ali está à base da formação da criança, onde se ajuda na formação do caráter estrutural e na formação da personalidade.

Como lembra Pereira (2002), o *bullying* na literatura é estipulado pela maioria dos autores, como um conjunto de comportamentos agressivos, propositais e constantes, empregados contra outro(s) indivíduo(s), sem motivo óbvio, causando um desconforto, angústia, dor e sofrimento, em uma relação de desigualdade de poder, proporcionando uma intimidação da vítima. Crianças e adolescentes com deficiências tendem a sofrer mais

exclusão na escola do que os demais, pois há um sentimento de rejeição, medo de errar em aula, baixa expectativa, medo de críticas, de isolamento, de apanhar dos colegas.

O *bullying* pode ser dividido em dois tipos: direto ou indireto. Podemos chamar de direto o *bullying* por meio de agressões físicas que é uma forma de violência, comportamentos que realizados levam à violência física, como: socos, chutes, empurrões, brincadeiras que ferem, ou seja, atitudes que resultam em lesão. O *bullying* indireto é por meio da violência verbal ou psicológica. Como o nome já diz, é usado para controlar, ameaçar ou intimidar alguém, como: humilhar por motivos banais, excluir, discriminar por cor, raça ou sexo, maldizer sem motivo. As agressões psicológicas tendem a maltratar e magoar tanto quanto as agressões físicas. As agressões verbais ocorrem com mais frequência nas escolas do que as agressões físicas. O *bullying* é entendido como uma subcategoria da conduta agressiva, o qual é definido como um comportamento intencional cujo objetivo é infligir danos ou causar desconforto a alguém (BANDEIRA, 2009).

Como sinaliza Fante (2005) a violência moral e física contra estudantes com necessidades especiais é uma realidade velada. Considerando-se que o *bullying* tem características peculiares e que tende ser velado aos olhos dos professores e demais adultos do contexto escolar, a identificação de situações de *bullying* pode ser difícil. Isso é ainda mais complexo, sobretudo em situações em que o aluno não verbaliza, ou mesmo não compreende que está sendo vítima desse tipo de agressão, por vezes esse é o caso dos alunos com deficiência intelectual, por exemplo.

De acordo com Arroyo (2007), possuímos pouca informação a respeito do impacto da violência sobre os métodos de aprendizagem escolar de crianças e adolescentes, principalmente nas camadas pobres. Oliveira e Martins (2007) alegam que a violência na escola pode ser vista como consequência de profunda diversidade social, imposição de regras coletivas e repetição de padrões com os quais os alunos convivem em casa.

Com a mediação de um profissional de apoio pode se perceber ações de *bullying* ao decorrer do dia a dia em aula. Deste modo, abre-se espaço para a potencialização da importância de relações baseadas na aceitação, no respeito às diferenças e para o emprego de novas tecnologias no ensino associado ao diálogo, que favorece o engajamento nas atividades em sala de aula, facilitando a comunicação entre as pessoas, com repercussões positivas na aprendizagem, nas práticas geradoras de novos saberes e nos laços sociais

### **A inclusão e o profissional de apoio: notas do contexto escolar**

A inclusão escolar tem como princípio o dever das escolas de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases em 1996, refere-se à exigência das crianças estarem incluídas e do oferecimento de serviços de apoio nas escolas regulares, para atender as necessidades dos alunos que tenha alguma deficiência. Com a Resolução n. 2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um grande avanço na educação brasileira, tal resolução garante que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais. Entretanto, vale lembrar que não basta à inclusão estar garantida na legislação, pois, além da letra da lei, é preciso significativas mudanças nos sistemas de ensino. Essas mudanças, por exemplo, deverão levar em conta o contexto sócio econômico, além de serem contínuas para garantir uma educação de qualidade (BUENO, 1998).

A educação inclusiva, apesar dos passos à frente, em função de algumas implementações exigidas por força da lei, ainda necessita de um olhar mais cuidadoso, tanto das escolas, como do estado e municípios. Pois, ainda que seja obrigatório profissionais de apoio para alunos que possuem laudos médicos, estes profissionais frequentemente chegam às escolas despreparados.

Por isso vale ressaltar, como já mencionamos neste texto, sobre a importância da formação do profissional de apoio, ainda que seja simplesmente para sinalizar e, se for o caso, intervir de maneira adequada quando alguma situação como o *bullying* ou outra circunstância como esta acontecer. Pois, um profissional sem nenhuma especialização em educação inclusiva, possivelmente não terá argumentos, ou não vai adotar medidas e nem tomará iniciativas para que situações como esta não aconteça.

A educação inclusiva brasileira necessita de novas políticas educacionais, onde os estabelecimentos de ensino deverão ser responsáveis em garantir profissionais de apoio com qualificação e bem preparados, para assegurar igualdade de condições para os alunos.

Profissionais de apoio despreparados tendem acatar os pedidos do professor regente e, frequentemente, retiram o aluno de sala e leva-o para passear nas quadras e pátios, isolando o aluno das atividades propostas dentro de sala de aula, reforçando assim uma conduta exclusiva. Quando a inclusão não é entendida ou adotada como se deve, o que se vê é o profissional de apoio responsável pela criança e o professor regente não se compreende com deveres com aquele aluno.

Educação Especial é um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, para garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens (MAZZOTTA, 1989, p. 39).

É comum acontecer em nossas escolas de professores regentes considerarem que o profissional de apoio é o responsável pelo aluno com deficiência e deixar o aluno sobre total responsabilidade de tal profissional. Vale aqui sublinhar, que tal conduta nem sempre é caracterizada por má fé do docente regente da turma, mas, muitas vezes, pela pura ausência de informações e orientações sobre o papel do profissional de apoio em uma turma inclusiva. Tal profissional está na sala não para ser o responsável pela criança com alguma deficiência, mas sim para apoiá-la, em auxiliar nas atividades curriculares ou em outras atividades em que a criança precise de suporte.

O profissional de apoio é um aliado muito importante da escola, pois ele está diretamente mais próximo dos alunos e assim poderá evitar alguns casos de *bullying*. A presença deste profissional pode auxiliar os professores regentes e, deste modo, diminuir sua carga de estresse, melhorando o convívio de professores e alunos.

O estudo feito por Nesselro et al (2014), sobre a violência nas escolas, aponta para uma grande parte das ocorrências estarem associadas a violência psicológica. Apesar de pouco percebida a violência psicológica tem prevalência e frequências altíssimas nas escolas. Ter sido ameaçado, humilhado, desrespeitado ou vítima de *bullying* foram aspectos verificados por mais da metade dos estudos realizados pelos autores.

Por isso a importância do aluno estudar em um ambiente de relações interpessoais saudáveis. Como apontado por Stelko-Pereira *et al* (2015), a escola é o local no qual os adolescentes passam grande parte do tempo. Algumas pesquisas mostram que ambientes escolares saudáveis e seguros contribuem para uma melhora no engajamento escolar e desempenho acadêmico. Conforme este mesmo autor, há muitas variáveis que podem atrapalhar no engajamento escolar e que estão ligadas a fatores como: gênero, relações interpessoais com pares e professores, depressão, entre outros.

Como uma fonte de percepção subjetiva, na pouca experiência que tivemos atuando como profissional de apoio, pudemos perceber que a exclusão não acontece somente com alunos com deficiência, mas também com alunos que possuem notas baixas, ou que são poucos populares, alunos negros, ou ditos como carentes pelos grupos de alunos e até mesmo por professores e funcionários. Estes são mais propícios, mais vulneráveis, alvos constantes

do *bullying*. Percebemos que tais alunos na maioria das vezes envergonhados se isolam tornando-se tristes e fechados ao diálogo, ou, ainda, se tornam agressivos com professores e com os colegas. Essas situações acontecem nas escolas e muitas vezes são desconhecidas dos pais dos alunos e até mesmo dos próprios professores regentes que, em função da alta demanda de trabalho e de cumprimento das exigências curriculares, não percebem movimentos sutis e sorrateiros que envolvem a prática do *bullying*, talvez aí esteja posta – como defendemos neste trabalho –, uma possibilidade de atuação mediadora do profissional de apoio que, por sua proximidade mais intimista com os alunos, tende a perceber as sutilezas contextuais do *bullying*, e junto ao professor regente, planejarem intervenções que limitem a incidência de tal prática.

Nas pesquisas feitas por Borsa *et al* (2015), os pais atribuíram as causas do *bullying* exclusivamente aos alunos, excluindo possíveis fatores sociais que pudessem contribuir para o problema. Além disso, a escola foi considerada pelos pais como uma instituição incapaz de enfrentar o *bullying* eficazmente, portanto, não preparada para preveni-lo. Os professores mostraram uma visão oposta à dos pais. Para eles, as estratégias adotadas pelas escolas eram ineficientes, porque os pais não colaboravam com as práticas de combate à violência escolar, não participavam das reuniões na escola quando chamados e não aceitavam críticas ou sugestões dos educadores quanto aos problemas de comportamento dos seus filhos.

Compreendemos a importância da participação dos pais de alunos na vida escolar de seus filhos, evitando assim o *bullying* e até mesmo a depressão de seus filhos. Percebemos também que a presença de um profissional de apoio nas salas de aula e nos pátios das escolas, tem o potencial de diminuir a prática de *bullying* e de discriminação de alunos, pois os professores, alunos ou funcionários, tendem a conservar um ambiente de respeito mútuo, sobretudo, com a presença do profissional de apoio no cenário.

Segundo Silva, *et al.* (2018, p. 516), um passo importante a ser tomado consiste no aprimoramento das intervenções, com vistas a se identificar com maior precisão se a pequena redução ocorre devido a problemas metodológicos ou de planejamento das intervenções ou pelos motivos apresentados acima. Conforme mencionado anteriormente, mesmo intervenções mais abrangentes como as denominadas de “toda a escola” em determinados contextos apresentam resultados divergentes. Pesquisas futuras podem ajudar a esclarecer estes apontamentos.

“A violência é um fenômeno heterogêneo e difícil de delimitar, especialmente quando o seu lócus é a escola, onde devem ser consideradas as relações de poder e o *status* de quem

fala: professores, diretores ou alunos” (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 69). A violência escolar é um tema que tem sido discutido por profissionais das áreas da educação e da saúde em todo o mundo, sendo reconhecido como um problema de saúde pública. E o *bullying* é uma das causas da violência entre alunos na escola – seja simbólica, psicológica ou física.

Os estudos analisados por Horta, *et al* (2018, p. 133) trazem resultados e descobertas importantes sobre a relação entre os processos de *bullying* e o uso de substâncias psicoativas em sua maioria de delineamento quantitativo transversal, com amostras escolares, tanto meninas quanto meninos, evidenciam a associação entre praticar o *bullying* e fazer uso de substâncias.

Essa exclusão através do *bullying* pode ser um gatilho para depressão ou ansiedade principalmente em crianças e adolescentes com necessidades especiais de saúde. Pois, ser excluído é doloroso. É comum identificar o *bullying* contra pessoas que apresentam alguma diferença em relação aos demais colegas. Pode ser algum tipo de necessidade especial, o uso de vestimentas consideradas diferentes, uma característica física marcante, diz respeito a vários tipos de agressões nas quais um sujeito é repetidamente exposto a ações negativas conscientes e intencionais ou a comportamentos agressivos. Comumente, são consideradas pelo senso comum como pessoas frágeis, inseguras, passivas o que faz com que os agressores as considerem merecedoras de agressão.

Sublinha-se que um dos pontos fortes dos estudos analisados por Silva, *et al* (2016, p. 87) “é a variedade de realidades socioculturais abarcadas, denotando a prevalência significativa do *bullying* em diferentes sociedades, o que o caracteriza como um fenômeno universal nas instituições escolares”.

Deste modo, a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a escola seja acessível, eficaz e agradável para todos, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer atributos, garantindo que todos possam aprender (MEC, 2016, p. 11).

Os estudos que fizemos mostram que a participação de pais e responsáveis é necessária para que não aconteça à prática do *bullying*. Além disso, os índices de evasão escolar apontam também para que os pais tenham uma relação mais íntima com a escola e a sociedade onde vivem. A família é o primeiro contato que a criança tem com a sociedade e o espaço escolar é um espaço para habilidades sociais, onde a criança vai formar amizades. Com este olhar voltado para o papel da escola e sua relação com a família e a sociedade, possivelmente a prática do *bullying* será cada vez menos praticada em nossas escolas. E

nesse cenário, o profissional de apoio pode operar como um interlocutor mediador entre alunos, pais, funcionários e professores.

### **Para não concluir, mas finalizando...**

Ao final deste estudo, podemos concluir que a pesquisa realizada e problematizada neste texto teve como objetivo abordar e discutir assuntos sobre a importância do profissional de apoio, *bullying*, a inclusão escolar e os desafios que esses temas estabelecem no processo de ensino e aprendizagem. Durante a pesquisa bibliográfica, ressaltamos a importância do papel do profissional de apoio no processo histórico da educação inclusiva e ainda abordamos a questão da importância da formação docente para que possa promover uma educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes.

O conhecimento a respeito de aspectos relacionados ao *bullying*, suas características, consequências e fatores de risco, é essencial para possibilitar a adoção de medidas de intervenções dos profissionais da saúde e da educação para o controle e redução da violência. É necessário que os pais, professores e profissionais da saúde reconheçam a existência do fenômeno *bullying*, sua complexidade e múltiplas dimensões. Reconhecer a extensão, a gravidade e o impacto do *bullying*, pode contribuir para se propor estratégias de intervenção e prevenção dessa violência.

O *bullying* pode ser manifestado nos espaços urbanos, nos lares e nas escolas como forma de violência. Inserido nos debates sobre a inclusão e a exclusão, constitui-se em um importante desafio para a educação na contemporaneidade.

O *bullying* tem a sua maioria de ocorrências nas escolas. Com ações de um aluno contra outro, que causam sofrimento à vítima. Por ocorrer com mais frequência na infância, na idade escolar, o *bullying* interfere negativamente na aprendizagem, no desenvolvimento e na saúde mental da criança e do adolescente.

O *bullying* escolar ocasiona severas repercussões a médio e longo prazo para agressores e vítimas. Causadores e vítimas de *bullying* precisam de ajuda, por um lado, as vítimas sofrem uma deterioração da sua autoestima e do conceito que tem de si, por outro lado, os agressores também precisam de auxílio, visto que sofrem grave deterioração de sua escala de valores éticos e morais.

A presença do profissional de apoio nos recreios e nas salas de aula podem contribuir para a diminuição das práticas do *bullying*, pois sua presença tem deixado os agressores

reflexivos sobre este contado mais íntimo e isso tem colaborado com a inibição a este tipo de acontecimentos nas escolas. Porém, para isso é preciso que o profissional de apoio não se limite a um papel de neutralidade e nem que, enquanto mediador, apenas escute passivamente as falas dos agressores, mas sim de todos os envolvidos. Um profissional de apoio que tenha uma formação adequada para suas funções, saberá conduzir a mediação dos envolvidos e saberá intervir no processo e construir um acordo.

O profissional de apoio deve ser encarrado como aquele que tem o papel de auxiliar na inclusão do aluno com deficiência e não o papel de professor principal da criança. Ele deve ser visto como mais um agente de inclusão, tanto de alunos com necessidade especiais ou de crianças que necessitam de um apoio durante o seu desenvolvimento, ou sua trajetória escolar. Atualmente isso não é frequentemente observado, já que às vezes o profissional de apoio não é visto com “bons olhos” dentro do espaço escolar, sobretudo, quando seu papel não está adequadamente delimitado, por isso, reiteramos a potência da formação adequada do profissional de apoio. Deste modo, ele próprio compreenderá sua função e, inclusive, terá a possibilidade de mostrar sua importância dentro do ambiente escolar, sobretudo no que se refere ao processo de inclusão.

Comprendemos que o profissional de apoio deve ser visto como um parceiro fundamental no desenvolvimento da criança com deficiência, pois está diretamente relacionado com o aluno e, assim, poderá perceber dificuldades deste aluno que, às vezes, o docente responsável pela sala de aula, por sua frequente alta demanda de trabalho, não perceberia. E com esta visão também vai ajudar os pais destes alunos a serem mais participativos da vida escolar de seus filhos. Com a presença do profissional de apoio nas escolas, os conflitos tendem a diminuir, tanto de aluno com aluno, como de aluno com professores e com demais funcionários.

Percebemos que quando há limitações associadas às necessidades especiais e a ocorrência do *bullying* na escola, a situação se complica, falta motivação para aprender, para relacionar-se com os colegas, falta prazer para ir à escola. O papel dos profissionais de apoio foi apontado como sendo positivo quando os mesmos conseguem ajudar, quando conversam com os alunos que agredem e insultam os colegas que tem necessidades especiais.

Trata-se de um desafio para o profissional de apoio, pois para que sejam promovidas ações ligadas à um educação potencialmente saudável para os estudantes, a escola deve empregar estratégias pedagógicas no sentido de evitar a violência. Deste modo, promovendo mudanças em relação à educação inclusiva na escola em questão, dando continuidade ao

processo de inclusão por meio do combate ao *bullying* no ambiente escolar, superando os preconceitos ainda enraizados e garantindo a todos os estudantes o direito ao pleno desenvolvimento e ao direito de pertencer àquele cenário. A educação tem múltiplos desafios diante de todas essas demandas e deve voltar a atenção para a promoção do desenvolvimento humano saudável e cooperativo na formação de cidadãos éticos engajados em práticas e ações voltadas para a paz.

Com um profissional de apoio preparado dentro de uma sala de aula, pode-se identificar práticas de *bullying*, havendo assim uma inclusão desse aluno, mas atualmente há uma ausência de formação adequada para lidar com todas as demandas sociais presentes no cotidiano da escola. É potencialmente significativo que a devida atenção seja oferecida às relações baseadas na aceitação, no respeito às diferenças e para o emprego de novas tecnologias no ensino associado ao diálogo, que favoreçam o engajamento nas atividades em sala de aula, facilitando a comunicação entre as pessoas, com repercussões positivas na aprendizagem, nas práticas geradoras de novos saberes e nos laços sociais.

Por todas essas razões, é importante entrecruzar duas temáticas, *bullying* e inclusão, para refletir sobre como minimizar sua ocorrência na escola e propiciar um melhor bem-estar às crianças com deficiência incluídas na rede regular de ensino. Bem como uma mediação de um profissional de apoio em sala de aula para poder intervir quando necessário e, deste modo, colaborar com o professor regente a enfrentar os problemas em sala de aula. Pois, como já mencionado, os impactos do *bullying* são uma forma grave de violência com repercussão psicológica e social.

### **Referências bibliográficas**

ARROYO, M. G. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 787-807, 2007.

BOGDAN, R. C; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução á teoria e os métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORSA, C. J; PETRUCCI. W. G; KOLLER. H. S. A participação dos pais nas pesquisas sobre bullying escolar. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v. 19, n. 1, p. 41-48, jan./abr. 2015.

BRASIL, MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/1996.

BRASIL. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. In: **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: Corde, 1997.

BUENO, J. G. S. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 3, n. 5, set. 1999.

BUENO, J. M. **Psicomotricidade, teoria e prática**: estimulação, educação e reeducação psicomotora com atividades aquáticas. São Paulo: Lovise, 1998.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. In: **Educere et Educare Revista de Educação**, v. 2, n. 4, jul./dez. 2007.

GATTI, B. A; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos da pesquisa qualitativa em educação do Brasil. IN: WELLER, W.; PFAFF, N. (Org.). **Metodologia da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 29-38.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HORTA, L.C; HORTA, L.R; MESTER, A.; LINDERN, D.; WEBER, A. L. J; LEVANDOWSKI, C. D; LISBOA, M. S. Bullying e uso de substâncias psicoativas na adolescência: Uma revisão sistemática. **Revista ciências e saúde**. RS, v. 23, n. 1, p. 123-139, 2018.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, W.; STAINBACK, S. (Org.). **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

LIMA, V. M. M. A complexidade da docência nos anos iniciais na escola pública. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente/SP, v. 22, n. 23, p.148-166, mai./ago. 2012.

LOPES, N. A. A, Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**. v. 81, n. 5 (Supl), 2005

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARQUES, A.; DRAPER, D. **Dicionário inglês português/português inglês**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1996. 560 p.

MAZZOTTA, M. J. S. **Evolução da educação especial e as tendências da formação de professores de excepcionais no Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, SP,1989.

LIMA, J. R. de M.; CARVALHO, L. C. de O.; TIZZO, V. S.

MEC – **Ensaio pedagógico**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária da Educação Especial, 2006.

MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais** – Brasília: Corde, 1997.

NESELLO, F.; SANT'ANNA, F. L.; SANTOS, H. G.; ANDRADE, S. M. ; MESAS, A. E.; GONZÁLEZ, A. D. Características da violência escolar no Brasil: Revisão sistemática de estudos quantitativos. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.** PE, v. 14, n. 2, p. 119-136, abr./jun. 2014.

OLIVEIRA, E. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 90-98, 2007.

PEREIRA, B. O. **Para uma escola sem violência**. São Paulo: F. C. G., 2002.

SILVA, I. J. et al. Associações entre Bullying Escolar e Conduta Infracional: Revisão Sistemática de Estudos Longitudinais. **Revista, Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 81-90, jan./mar. 2016.

SILVA, L. J. et al. Resultados de Intervenções em Habilidades Sociais na Redução de Bullying Escolar: Revisão Sistemática com Metanálise. **Revista temas em psicologia**. SP, v. 26, n. 1, p. 509-522, mar. 2018.

VALLE, E. J. et al. Bullying, vitimização por funcionários e depressão: relações com o engajamento emocional escolar. **Revista Quadrimestel da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. SP, v. 19, n. 3, p. 463-473, set./dez. 2015.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 4 ed. Editora: Martins Fontes. São Paulo, 1998. p. 40-116.